



RELATÓRIO  
E CONTAS

AQUAPOR  
Serviços, S.A.

2020

## 1. ÍNDICE

---

1. Índice.....	2
2. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES.....	3
3. mensagem do presidente .....	5
4. apresentação da empresa.....	6
4.1. BREVE HISTORIAL .....	6
4.2. Estrutura Acionista.....	7
4.3. Órgãos Sociais .....	7
5. missão e posicionamento estratégico .....	8
5.1. missão .....	8
5.2. Visão.....	8
5.3. Valores .....	8
6. SÍNTESE Da atividade em 2020 .....	9
6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR.....	9
6.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	9
6.3. ENQUADRAMENTO DO SETOR 2020.....	11
6.4. ENQUADRAMENTO LOCAL.....	15
6.5. Recursos Humanos.....	17
6.6. Regras Societárias .....	17
6.7. Principais ACONTECIMENTOS EM 2020.....	18
6.8. Factos Relevantes .....	18
6.9. Organização, Processos e Sistemas .....	24
6.10. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA .....	25
6.11. Análise de Gastos e Rendimentos.....	25
6.12. Análise do Balanço .....	27
6.13. Indicadores.....	28
7. perspetiva para o futuro .....	29
8. considerações finais.....	31
9. outras informações.....	32
10. proposta de aplicação de resultados.....	33
11. contas do exercício de 2020 e respetivo anexo.....	34

## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

### Indicadores Financeiros

		2018	2019	2020
Capital Social	Eur	875 000	875 000	875 000
Capital Próprio	Eur	1 918 800	1 945 105	1 834 253
Ativo Líquido Total	Eur	2 757 138	2 756 001	2 626 209
Investimento	Eur	267 233	174 618	110 370
Volume de Negócios	Eur	1 281 910	1 320 754	1 195 840
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	470 948	446 494	415 578
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	75 208	41 102	(130 340)
Resultados Antes de Impostos	Eur	57 432	37 775	(130 213)
Resultado Líquido do Exercício	Eur	41 589	26 305	(110 853)
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	2,17%	1,35%	(6,04%)
Rentabilidade do Ativo	%	1,51%	0,95%	(4,22%)
Autonomia Financeira	%	69,59%	70,58%	69,84%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	16	15	15

### Indicadores de Atividade

		2018	2019	2020
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	366	366	366
População Residente na Área Abrangida	nº	9 878	9 878	9 878

### Abastecimento

		2018	2019	2020
Nº de Clientes	nº	6 289	6 299	6 312
População Servida	nº	9 243	9 249	9 249
Volume de Água Produzida	(10 <sup>3</sup> m3)	777	727	639
Volume de Água Vendida	(10 <sup>3</sup> m3)	667	598	520

### Saneamento

		2018	2019	2020
Nº de Clientes	nº	5 350	5 353	5 366
População Servida	nº	8 233	8 233	8 233
Efluente Tratado	(10 <sup>3</sup> m3)	358	218	148





## 2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

---

A Águas da Teja registou em 2020 mais uma vez um aumento de clientes, o que demonstra a capacidade que o Município tem tido de um modo contínuo em fixar novos habitantes no Concelho ao longo dos últimos anos

A aposta em ações de comunicação, em diversos canais e principalmente nas camadas mais jovens da população manteve-se de forma a promover o envolvimento da população com as questões ambientais e alertar para a necessidade premente de preservar os recursos hídricos.

A qualidade de serviço, decorrente da avaliação por parte da Entidade Reguladora, continua a alcançar níveis de excelência, demonstrando uma permanente dedicação à qualidade de vida das populações servidas, dedicação esta que é transversal a toda a organização.

A empresa é um exemplo de projeto de sucesso a nível nacional, que demonstra que o trabalho em conjunto de diversas entidades privadas e públicas traz eficiência e resultados muito positivos para o bem das comunidades locais.

A Águas da Teja tem grande orgulho em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, em parceria com o Município de Trancoso e com as inúmeras entidades que ajudam a que o nosso trabalho se torne cada vez melhor. Estamos convictos que o nosso contributo para a qualidade de vida dos Trancosenses irá perdurar por muitos mais anos sempre numa perspetiva de evolução positiva do Concelho.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

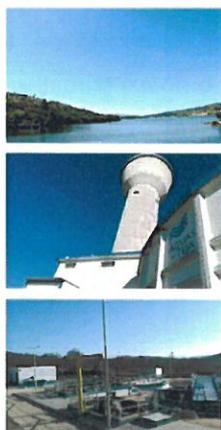
## 3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### 3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas da Teja foi constituída em 1997. A empresa tem por Missão a exploração em regime de concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso.

O Contrato de Concessão foi assinado a 17 julho de 1997, em regime de concessão exclusiva por 25 anos.

A empresa **Águas da Teja S.A.** foi constituída em 24 de Abril de 1997 com um capital de 875.000€ detido, na sua totalidade, pela **AQUAPOR**, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: “Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso”, tendo o contrato de concessão sido assinado em 17 de Julho de 1997, por um período de 25 anos.



**Municípios Abrangidos**

**Trancoso**

**População Abrangida**

**9878 habitantes**

**Taxa de Atendimento**

**93,63% da população**

**Principais Infraestruturas**

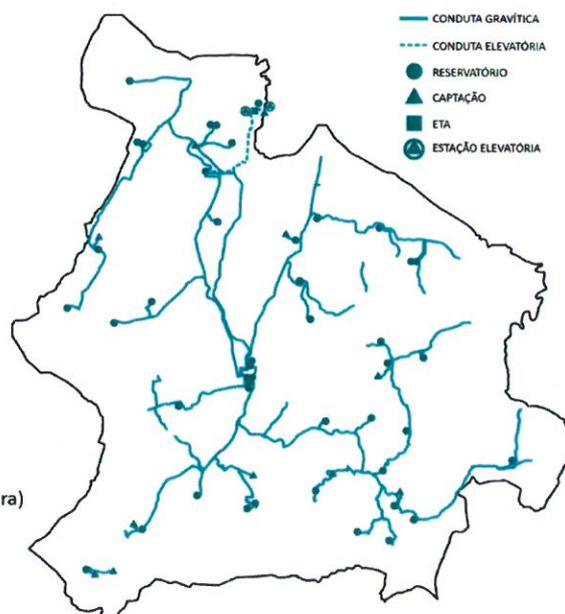
**8 Captações próprias**

**1 Estação de Tratamento de Água (240 m<sup>3</sup>/hora)**

**2 Estação Elevatória**

**38 Reservatórios (10.179m<sup>3</sup>)**

**389 km de rede.**



### 3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Teja é uma empresa com um capital de 875.000 euros detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

### 3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### ▪ Mesa da Assembleia Geral:

António Manuel Paredes Pereira da Cunha – Presidente;

Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia – Secretária.

#### ▪ Conselho de Administração:

Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

José António Ferreira dos Santos – Vogal;

Joaquim de Jesus Carmo Gomes – Vogal.

#### ▪ Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Luis Miguel Gonçalves Rosado





## 4. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

---

### 4.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

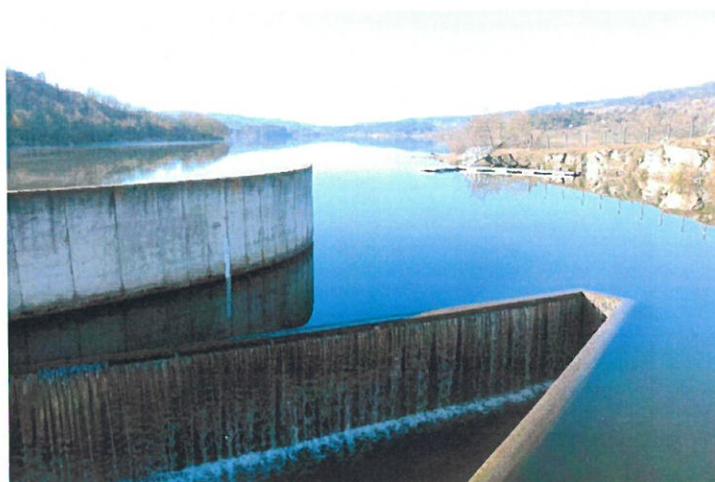
### 4.2. VISÃO

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### 4.3. VALORES

A Águas da Teja pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.



## 5. SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2020

### 5.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

### 5.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

#### Geral

Em 2020 verificou-se uma quebra acentuada da atividade económica mundial que, de acordo com a Comissão Europeia, andar­á em torno dos -3,5 % (+2,9 % em 2019). Esta redução do produto interno bruto (PIB) só encontra paralelo na Grande Depressão de 1929, sendo extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento, com um abrandamento expressivo da Ásia. A queda acentuada da atividade económica reflete o impacto da pandemia da doença COVID-19, mais concretamente a redução da atividade da indústria/comércio/serviços; a deterioração do mercado de trabalho e a maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais.

Num contexto de uma política monetária mais expansionista, de regresso aos estímulos monetários não convencionais do Banco Central Europeu e do lançamento de vários programas de injeções extraordinárias de liquidez, prevê-se que as taxas de juro de curto prazo se mantenham em valores historicamente baixos durante um período prolongado.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2018	2019	2020
Euribor 1M	-0,37%	-0,40%	-0,50%
Euribor 3M	-0,32%	-0,35%	-0,42%
Euribor 6M	-0,27%	-0,30%	-0,34%
Euribor 12M	-0,18%	-0,21%	-0,30%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

O preço do petróleo situou-se em torno dos 39 dólares o preço do barril em 2020, representando pouco mais de 60% do valor registado em 2019 (64 dólares) devido à fraca procura associada à pandemia da doença COVID-19.

#### Portugal

Contração da economia portuguesa em resultado do choque económico provocado pela pandemia da doença COVID-19 e das medidas de contenção implementadas. Neste contexto, a taxa de variação real do PIB para 8,1 %.

A pandemia teve um efeito negativo na procura externa relevante para as exportações portuguesas em 2020, prevendo-se uma redução de 20,1 % nas exportações, após registar-se um crescimento de 3,5 % em 2019.

Parte deste efeito reflete uma redução nas exportações de serviços do setor do turismo, onde o impacto da pandemia foi particularmente severo.

O consumo privado reduziu em 6,8 %, após registar um crescimento de 2,4 % em 2019. A redução, que é mais acentuada na componente de bens duradouros, reflete a diminuição do rendimento disponível das famílias.

As importações de bens e serviços caiu 14,4 %, em linha com a evolução da procura global.

No mercado de trabalho, verifica-se um aumento da taxa de desemprego de 7,2 % (6,5 % em 2019).

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), regista uma variação média nula, após registar um crescimento de 0,3% em 2019.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em -0,2%, (redução de 0.5p.p. face ao ano de 2019).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2018	2019	2020
PIB	2,4%	2,2%	-8,1%
IPC	1,0%	0,3%	0,0%
IHPC	1,2%	0,3%	-0,2%
Desemprego	7,0%	6,5%	7,2%
Consumo Privado*	3,1%	2,4%	-6,8%
Consumo Público*	0,9%	0,7%	0,4%
Exportações*	3,8%	3,5%	-20,1%
Importações*	5,8%	4,7%	-14,4%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Nova Série - Base 2016)

\* Dados Dezembro de 2020

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução generalizada:

	2018	2019	2020
Média Tensão	167	167	161
Baixa Tensão Especial	181	182	176
Baixa Tensão Normal	151	146	142

Fonte: ERSE;

### 5.3. ENQUADRAMENTO DO SETOR 2020

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

#### Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 420 entidades gestoras, das quais 267 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 48 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 275 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2020), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	5	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	2	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 307 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 3 milhões de habitantes e 186 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 1,9 milhões de habitantes e 32 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 190 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 21 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	27	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	48	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	8
Serviços Municipais	185	190	225
<b>TOTAL</b>	<b>307</b>	<b>257</b>	<b>253</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP, 2020), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental		Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa		Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	84%
Área predominantemente rural	93%	Área predominantemente rural	72%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 27 concessões existentes, a Aquapor detém 11, representando 43,3 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

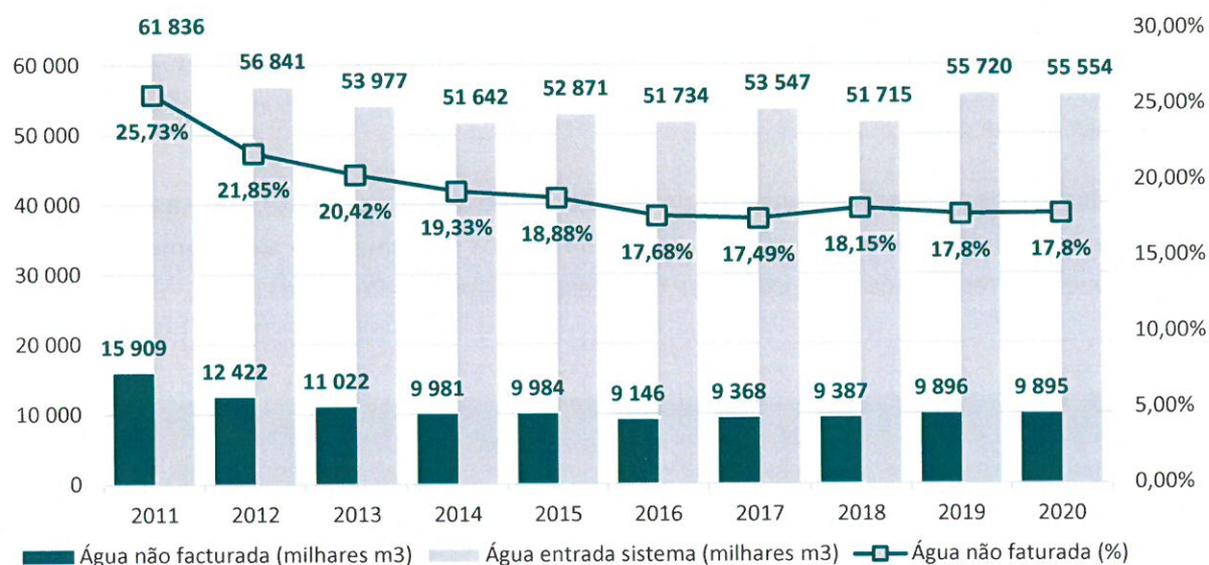
Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m <sup>3</sup> )	Água não faturada (%)
<b>GRUPO AQUAPOR</b>	<b>11</b>	<b>406</b>	<b>54 551</b>	<b>17,7</b>
Concessões Municipais	27	937	106 199	17,9
País	256	5 594	824 465	28,8

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

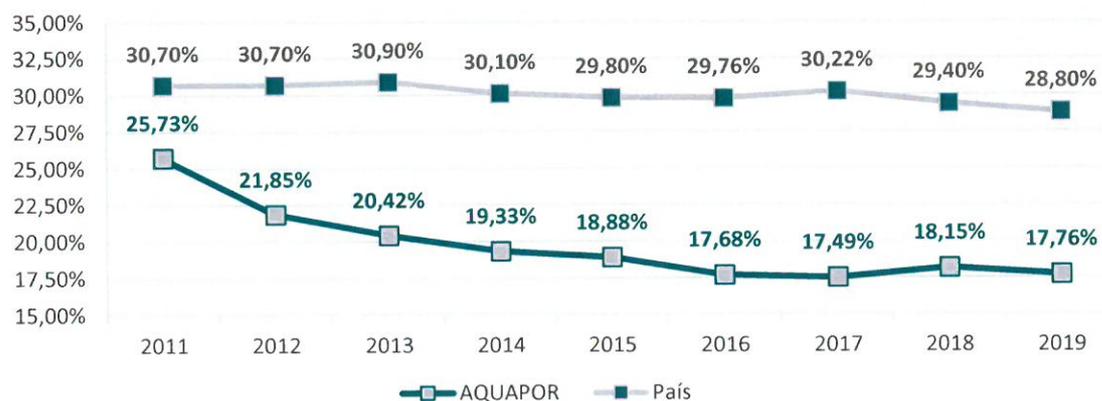
Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2020, a média continental foi de 28,8% referente ao ano de 2019, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 17,7 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2020, em que o nível de água não faturada foi de 17,8%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 554
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 895
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,15%	17,76%	17,81%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810

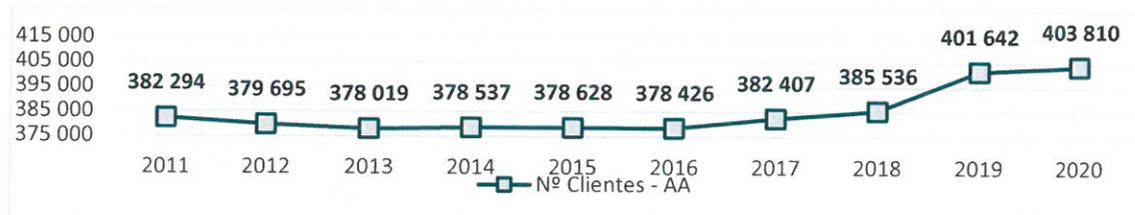
(\*) Valores em milhares m<sup>3</sup>



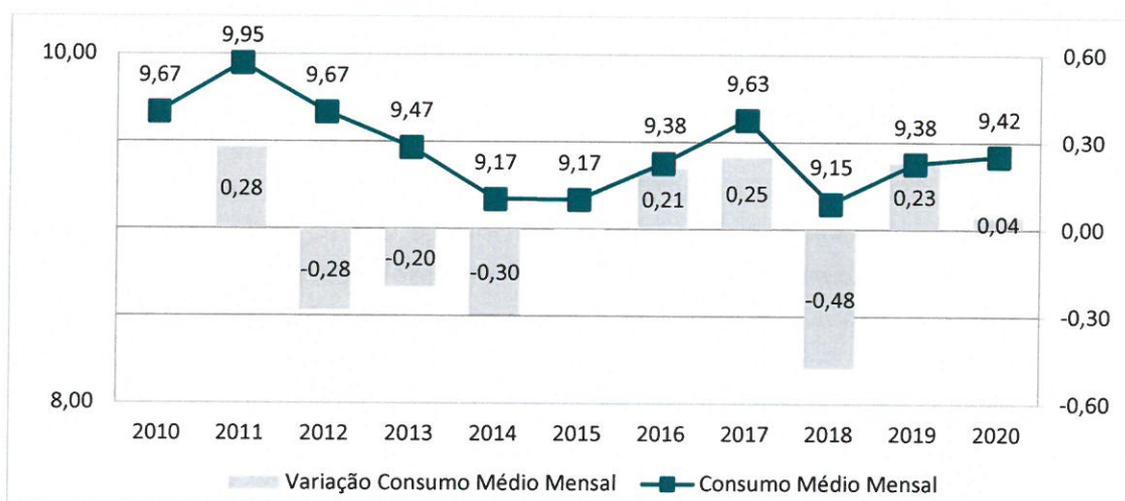
Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução do número de clientes registada nos últimos anos, sendo de notar o aumento significativo do ano de 2019 associado ao arranque da Águas de Vila Real de Santo António.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,04 m<sup>3</sup>/Cliente/mês, situando-se em 9,42 m<sup>3</sup>/Cliente/mês:



#### 5.4. ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Teja é Concessionária por um período de 25 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Trancoso que abrange uma área geográfica de 366 Km<sup>2</sup>.

É uma Concessão Municipal, operando em toda a cadeia de valor, ou seja, na distribuição de água e no saneamento de águas residuais, em “alta” e em “baixa”.

Residem na área abrangida cerca de 9.878 habitantes, com grande dispersão geográfica, razão pela qual temos ainda várias origens de água. O sistema principal a partir do qual abastecemos já cerca de 93,63% dos consumidores é composto por uma Albufeira na Ribeira da Teja, Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória, Adutora e Reservatórios.

Independentemente, do grau de pluviosidade, nos últimos anos o nível da água na albufeira mantém-se na sua cota máxima, permitindo assim regularidade na quantidade e qualidade de água a abastecer mesmo nos períodos mais quentes e secos.

A implantação comercial e industrial é baixa, tem um peso de 7% no número de contratos de fornecimento de água e 6% no volume de água vendida, deste modo, os clientes são maioritariamente do tipo doméstico.

Verificam-se grandes flutuações populacionais ao longo do ano, de tal forma que os consumos médios no tipo doméstico verificados são muito baixos, cerca de 4,4m<sup>3</sup> por mês.

## Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso, está regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão do sistema de abastecimento de água do concelho de Trancoso estabelecido com a Câmara Municipal de Trancoso em 17 de julho de 1997, com a duração de 25 anos.
  - O Tarifário do Sistema de Abastecimento de Água é revisto com uma periodicidade anual e contempla no seu cálculo a evolução dos índices de mão-de-obra, índices oficiais de preço de consumidores, excluindo habitação para o distrito da Guarda, índices de energia referentes, respetivamente, ao mês em que se efetuou a sua revisão e ao mês da proposta. O tarifário entra em vigor após a aprovação do mesmo pela Câmara Municipal de Trancoso;
  - O Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Trancoso estabelece e define as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial de água na área de intervenção da Águas da Teja. Este regulamento pretende dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes – em fase de implementação.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR; entidade reguladora da atividade do abastecimento público de água às populações. Anualmente a Concessionária é alvo de auditoria por parte do Regulador. Com uma periodicidade anual a Águas da Teja enquanto entidade Gestora tem como responsabilidade, submeter à aprovação desta entidade o plano de controlo da qualidade da água para o ano seguinte para aprovação e procedem ao preenchimento da base de dados “Avaliação de Desempenho Entidades Gestoras”.
- Administração da Região Hidrográfica do Centro e Norte no âmbito do licenciamento de descargas dos sistemas de Tratamento de Águas Residuais e licenciamento e concessões das captações de água para abastecimento.

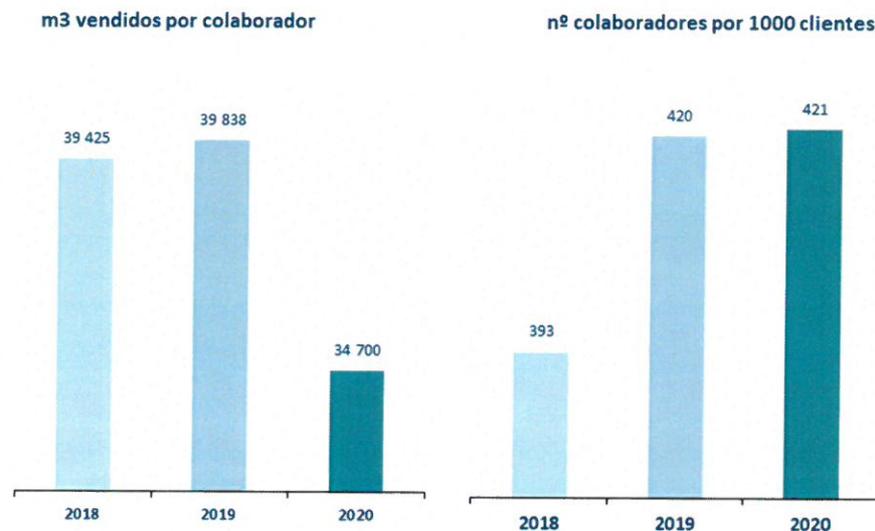
## 5.5. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2020 a empresa tinha 15 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

<b>Colaboradores</b>				
	2018	2019	2020	Var. %
Contrato sem Termo	13	14	15	7%
Contrato Termo Certo	3	1	0	
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>0%</b>

O número de colaboradores manteve-se em relação ao ano anterior, registando-se uma saída e uma entrada.

Em termos de eficiência dos recursos verifica-se de 2019 para 2020, uma redução ao nível dos m3 vendidos por nº de colaborador.



## 5.6. REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Presidente do CA.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

## 5.7. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2020

### 5.8. FACTOS RELEVANTES

Durante o ano de 2020 a Águas da Teja deu continuidade ao desenvolvimento dos estudos de engenharia com vista à melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais para a identificação de intervenções prioritárias e urgentes de forma a permitir à Concedente lançar as obras necessárias à modernização em algumas das instalações que apresentam problemas crónicos.

Foi efetuado e apresentado a Concedente um estudo para a melhoria da eficiência do tratamento da água na ETA do Terrenho.





## DESEMPENHO DA EMPRESA

### Exploração do Sistema

A Estação de Tratamento de Água manteve um nível de produção de água estável quer em termos de quantidade quer em qualidade de água produzida, contribuindo para que não se tenham verificado descontinuidades no fornecimento às populações abastecidas por este sistema.

Procedemos a pintura, vedação e arranjos exteriores de reservatórios;

Procedemos a pintura das caixas de visita e ventosas das condutas adutoras;

Foram isolados reservatórios de água potável;

Foram colocadas válvulas e válvulas redutoras de pressão na rede de abastecimento;

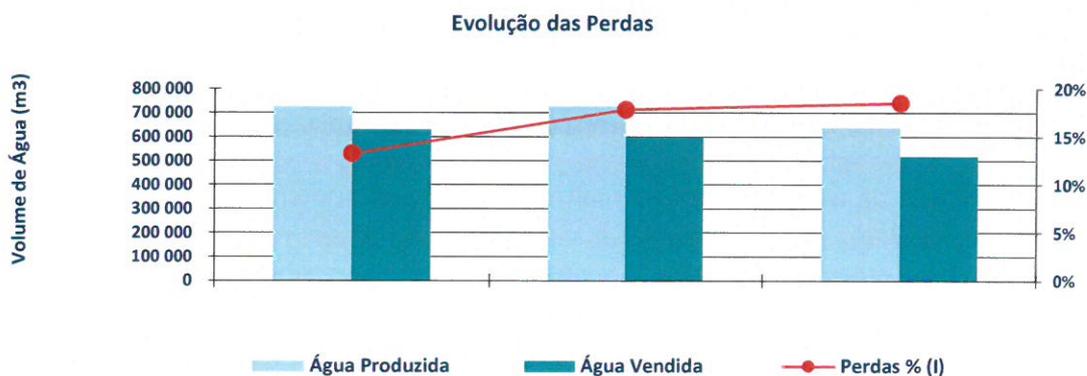
Foi remodelada parte da rede de abastecimento de vila Franca das Naves

Foi dada continuidade à campanha para redução das perdas técnicas e comerciais, nomeadamente através da substituição do parque de contadores e campanhas de pesquisa ativa de perdas reais.

### Volume de Água (m<sup>3</sup>)

	2018	2019	2020	Var. %
Água Produzida	727 156	727 322	638 894	-12%
Água Vendida	630 794	597 567	520 499	-13%
<b>Perdas % (I)</b>	<b>13%</b>	<b>18%</b>	<b>19%</b>	<b>0,7 p.p.</b>

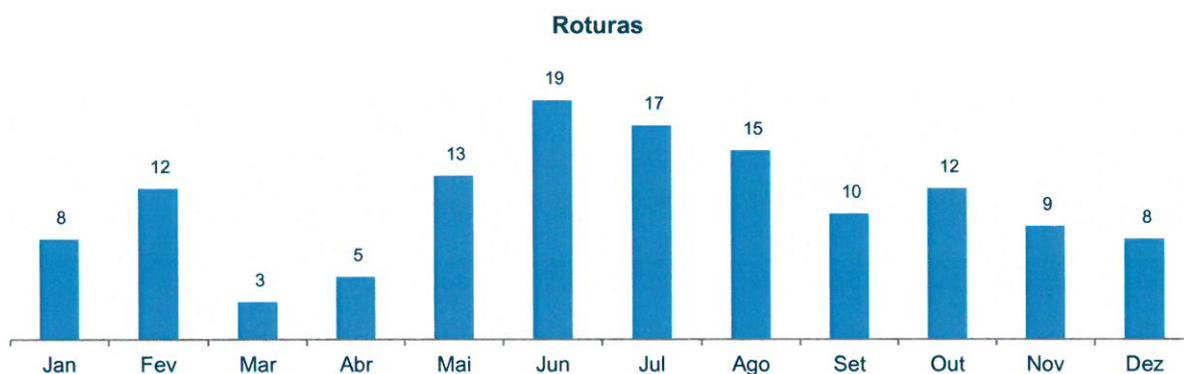
(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



## Manutenção do Sistema

Todas as atividades de manutenção dos sistemas foram asseguradas.

Em 2020 o n.º de roturas foi de 131, o que representa uma redução de 11% face a 2019.



### Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>Roturas</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>131</b>

## Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º 306/2007).

Foram efetuadas 36 análises R1, 16 R2 e 8 I a que correspondem 594 determinações nos diversos parâmetros.

Relativamente á qualidade da água, verificou-se mais uma vez o aparecimento das algas, o que levou a necessidade de efetuar análises de quantificação de Fitoplâncton no período compreendido entre maio e novembro.

Efetuamos no ano 897 determinações em laboratório, bem como centenas de verificações diárias efetuadas pelos nossos técnicos.



## ÁGUAS RESIDUAIS:

No controlo de águas residuais realizamos análises mensais em Etar`s e Fossas Sépticas num total de 323 análises, que correspondem a 1.320 parâmetros, em função das condições de descarga indicadas nas licenças rejeição.

## Área Ambiental

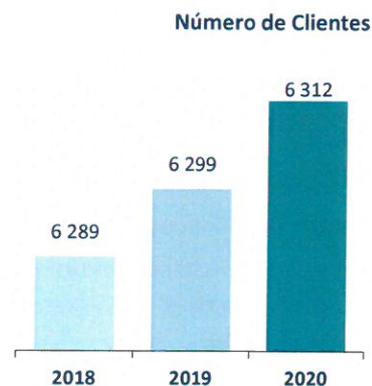
A empresa Águas da Teja, S.A, tem instalado desde julho de 2011 dois sistemas de produção de energia elétrica através de painéis fotovoltaicos em dois locais da área de concessão, Reservatório R24 em Trancoso e ETAR de Vila Franca das Naves, e um outro sistema instalado da ETA do Terrenho desde 2019

Através dos sistemas instalados, a ADTEJA contribui para a redução da emissão de gases com efeito de estufa.

## Área Comercial

Durante o ano de 2020 aumentou o número de clientes em 13, tal como podemos observar no quadro seguinte:

<b>Cientes</b>	2018	2019	2020
<b>Total de Cientes</b>	<b>6 289</b>	<b>6 299</b>	<b>6 312</b>



A Empresa registou um aumento do número de clientes de saneamento em igual número.

No final do ano de 2020, a empresa tinha um total de 6.312 contratos de abastecimento, contra 5.366 de saneamento.

A Águas da Teja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de detetar utilizações das redes sem contratos, principalmente os utilizadores das redes de saneamento e que não possuem contrato de abastecimento.

Durante o exercício de 2020 foram executados 13 ramais de água e 13 de saneamento.

Adicionalmente foi dada continuidade à recuperação da dívida.

Em termos de faturação, a empresa registou um comportamento em que, as vendas de água reduziram 14%, e a tarifa de disponibilidade registou um aumento de 2%.

### Vendas e Prestações de Serviços

	2018	2019	2020	Var. %
Venda de Água	560 758	557 168	480 229	-14%
Taxa de Disponibilidade	441 957	443 335	452 463	2%
Outras Vendas	103	418	694	66%
<b>Total Vendas de Água + Taxa Disp.</b>	<b>1 002 818</b>	<b>1 000 921</b>	<b>933 386</b>	<b>-7%</b>
Ramais Domiciliários (Água)	34 625	23 142	26 689	15%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	15 679	6 546	12 600	92%
Taxa de Saneamento	160 093	159 992	160 710	0%
Obras	29 779	99 523	43 720	-56%
Outros Serviços	38 916	30 631	18 735	-39%
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>279 092</b>	<b>319 833</b>	<b>262 453</b>	<b>-18%</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>1 281 910</b>	<b>1 320 754</b>	<b>1 195 840</b>	<b>-9%</b>

Os clientes Domésticos têm um peso de 87% no conjunto total de contratos existentes, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 6%.

### Tipo de Cliente

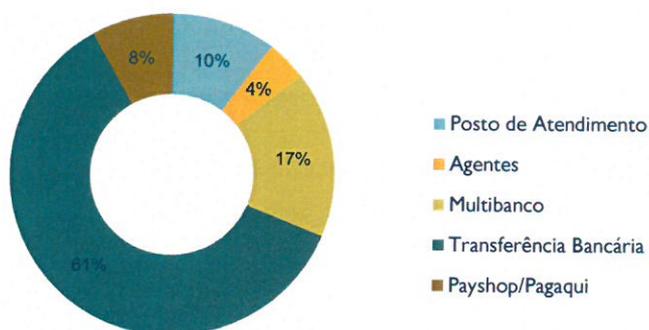
	Volume Vendido (m <sup>3</sup> )	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	290 651	56%	244 159	0,84	5 482	87%
Comércio e Indústria	45 691	9%	109 118	2,39	407	6%
Obras	3 691	1%	7 269	1,97	104	2%
Instituições de Utilidade Pública e Juntas de Freguesia	20 315	4%	10 806	0,53	74	1%
Câmaras Municipais	147 985	28%	82 999	0,56	113	2%
Organismos do Estado	8 190	2%	19 064	2,33	131	2%
Tarifa Especial	3 976	1%	6 814	1,71	1	0%
<b>Água em Baixa</b>	<b>520 499</b>		<b>480 229</b>		<b>6 312</b>	
<b>Total</b>	<b>520 499</b>		<b>480 229</b>		<b>6 312</b>	

O consumo médio anual da Águas da Teja situou-se em 82 m<sup>3</sup>. É de realçar que o consumo médio anual da Águas da Teja nos clientes domésticos situou-se em 53 m<sup>3</sup>.

#### Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento verificou-se o seguinte:

**Modalidade de Pagamento**



A cobrança no posto de atendimento baixa para 10% dos pagamentos totais. A cobrança dos agentes baixou peso do total de pagamentos de 5% para 4%. O Payshop/CTT baixa de 10% para 8% igual ao período homologo. Nas restantes modalidades de pagamento verificamos um aumento de 14% para 17% dos pagamentos por multibanco, e as transferências bancárias aumentaram um ponto percentual para os 61%.

## 5.9. ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

### Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa consolidou o modelo estabelecido, atendendo à especificidade da Concessão, em que 6.312 contratos estão distribuídos por uma área territorial de cerca de 366 km<sup>2</sup>, servidos por:

<b>Infra - Estruturas</b>	<b>2020</b>
Estação de Tratamento de Água	1
Captações de Água	8
Reservatórios	38
Estações Elevatórias de Abastecimento	2
Estações de Tratamento de Águas Residuais	3
Estações de Tratamento de Águas Residuais Compactas	6
Fossas Sépticas	23
% de análises em incumprimento	1,48

### Relações com o Concedente

A relação com a Câmara Municipal de Trancoso tem sido positiva e diária.

### Relações com outros interessados no desempenho da Sociedade

Nas relações com a comunidade a Águas da Teja privilegiou o contacto com Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Delegado de Saúde, Agentes de Cobrança.

## 5.10. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### Nota Introdutória

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela empresa Águas da Teja, S.A., no exercício de 2019, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

## 5.11. ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou, no ano de 2020, um Resultado Líquido negativo de 110.853 euros, o que representa uma redução de 137 milhares de euros face ao ano anterior.

### Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2018	2019	2020	Var. %
Vendas	1 002 818	1 000 921	933 386	-7%
Prestações de Serviços	279 092	319 833	262 453	-18%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>1 281 910</b>	<b>1 320 754</b>	<b>1 195 840</b>	<b>-9%</b>
CMVMC	6 270	4 233	9 889	134%
Fornecimentos e Serviços Externos	525 494	576 647	491 571	-15%
Gastos com o Pessoal	334 273	334 777	323 788	-3%
Outros Resultados Operacionais	55 623	40 101	(65 773)	161%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>471 496</b>	<b>445 197</b>	<b>304 818</b>	<b>-32%</b>
Amortizações	396 289	404 096	435 159	8%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>75 208</b>	<b>41 102</b>	<b>(130 340)</b>	<b>132%</b>
Resultados Financeiros	(17 775)	(3 327)	127	104%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>57 432</b>	<b>37 775</b>	<b>(130 213)</b>	<b>129%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	15 844	11 470	(19 361)	159%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>41 589</b>	<b>26 305</b>	<b>(110 853)</b>	<b>124%</b>

No ano de 2020, o volume de negócios da empresa ascendeu a 1.196 milhares de euros, o que representa uma diminuição de 9%.

Esta diminuição foi consequência do volume de prestação de Serviços – Obras num total de mais 43.720 euros e venda de Água num total de 480.229 euros.

## Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2018	2019	2020	Var. %
<b>EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>470 948</b>	<b>446 494</b>	<b>415 578</b>	<b>-7%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>37%</b>	<b>34%</b>	<b>35%</b>	<b>0,9 p.p.</b>
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>75 208</b>	<b>41 102</b>	<b>(130 340)</b>	<b>-132%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>6%</b>	<b>3%</b>	<b>-11%</b>	<b>-14,0 p.p.</b>

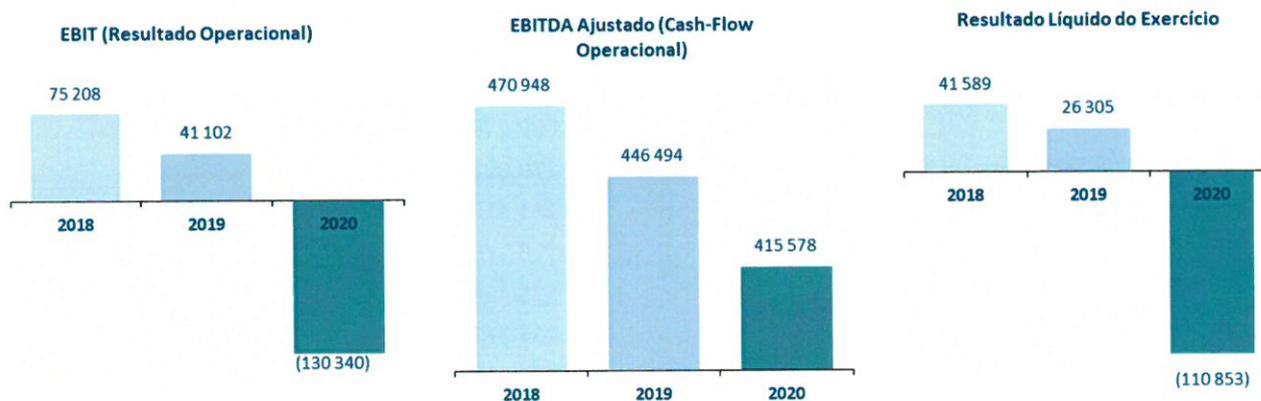
*EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades*

*Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios*

*Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios*

A margem de EBITDA Ajustado aumentou 0.9p. p e a margem EBIT reduziu 14 p.p. face aos valores de 2019.

A nível operacional, o EBITDA Ajustado decresceu 7% face ao ano anterior, tendo o resultado operacional um decréscimo de 132%, resultante do registo de provisões e aumento de amortizações.



O resultado financeiro melhorou 104% no montante de 3.454 euros.

## 5.12. ANÁLISE DO BALANÇO

### Balanço

(em euros)

	2018	2019	2020	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	2 050 565	1 820 900	1 495 893	-18%
Ativos por Impostos Diferidos	0	0	24 622	
Outros	770	1 021	1 493	46%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>2 051 334</b>	<b>1 821 922</b>	<b>1 522 008</b>	<b>-16%</b>
Contas a Receber	371 972	364 851	351 173	-4%
Outros	333 832	569 227	753 028	32%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>705 804</b>	<b>934 079</b>	<b>1 104 201</b>	<b>18%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2 757 138</b>	<b>2 756 001</b>	<b>2 626 209</b>	<b>-4,71%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>1 918 800</b>	<b>1 945 105</b>	<b>1 834 253</b>	<b>-6%</b>
Financiamentos Obtidos	121 250	65 476	13 095	-80%
Provisões	42 952	34 463	135 386	293%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>164 202</b>	<b>99 939</b>	<b>148 481</b>	<b>49%</b>
Financiamentos Obtidos	54 416	55 774	53 568	-4%
Contas a Pagar	619 719	655 182	589 906	-10%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>674 136</b>	<b>710 956</b>	<b>643 474</b>	<b>-9%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>838 338</b>	<b>810 895</b>	<b>791 956</b>	<b>-2%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>2 757 138</b>	<b>2 756 001</b>	<b>2 626 209</b>	<b>-4,71%</b>

O total do Ativo atingiu 2.62 milhões de euros no final de 2020, o que representa um decréscimo de 4,71% face ao ano anterior.

A redução de 16% dos **Ativos não Correntes**, é justificado pelas amortizações do exercício. O aumento de 18% dos **Ativos Correntes** prende-se essencialmente com o aumento de disponibilidades.

O **Capital Próprio** diminui pela incorporação do resultado líquido do exercício.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2020 o valor de 792 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 2% face a 2019.

O **Passivo não corrente** aumenta 49% como consequência do registo de provisões. O **Passivo corrente** diminui 9%, como resultado da redução de saldo de Fornecedores e Outras Contas a Pagar.

### 5.13. INDICADORES

Os indicadores de Rentabilidade reduzem face ao ano anterior, em consequência do Resultado Líquido.

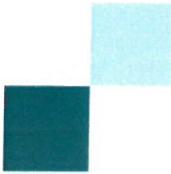
Os indicadores de Autonomia Financeira e Solvabilidade apresentam uma redução face a 2019, em resultado da diminuição do Ativo e Passivo e redução do Capital Próprio.<sup>7</sup>

#### Indicadores

(em euros)

	2018	2019	2020	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	2%	1,4%	-6,0%	-7,40 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	2%	1%	-4%	-5,18 p.p.
Autonomia Financeira (%)	70%	71%	70%	-0,73 p.p.
Solvabilidade (%)	229%	240%	232%	-8,26 p.p.





## 6. PERSPETIVA PARA O FUTURO

---

Para o ano de 2021 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Consolidar o SIG na atividade quotidiana da empresa
- Implementar a monitorização remota das variáveis de processo

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

#### a) Fornecer água em quantidade e com qualidade a toda a área da concessão

Para atingirmos este objetivo foram definidas com a Câmara Municipal, um conjunto de obras a realizar até ao próximo verão:

- Colocação de um gerador de dióxido de Cloro de maior capacidade na ETA do Terrenho.

#### b) Melhorar rendimentos e a qualidade no abastecimento de água

- Dar continuidade à campanha de substituição de contadores mais antigos;
- Intensificar a procura de fugas de água, quer por roturas, quer por consumos fraudulentos;
- Dar continuidade a limpeza das condutas adutoras;
- Isolar reservatórios;
- Dar continuidade a limpeza e pintura dos reservatórios;
- Colocação de válvulas redutoras de pressão na rede de abastecimento.

#### c) Proporcionar boa imagem da empresa em toda a área da concessão

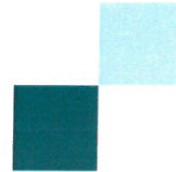
Para atingirmos este objetivo foram definidas um conjunto de obras a realizar até ao próximo Verão:

- Pintura, vedação e arranjos exteriores de reservatórios;
- Pintura das caixas de visita e ventosas das condutas adutoras;

## SANEAMENTO

- No seguimento do desenvolvimento dos estudos de melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais, a empresa irá continuar a colaborar com a Câmara na identificação de intervenções prioritárias e urgentes por forma a permitir à Concedente lançar novas obras necessárias à modernização em algumas instalações que apresentam problemas crónicos, rececionar as ETAR's recentemente renovadas logo que que possível.
- Limpeza de fossas sépticas que recebem águas residuais de pequenas aldeias e que começam a ficar saturadas.
- Limpeza de coletores de saneamentos saturados.
- Pintura, vedação e arranjos exteriores de fossas sépticas, que recebem águas residuais de pequenas aldeias.





## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2020, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Trancoso;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas de Teja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



## 8. OUTRAS INFORMAÇÕES

---

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2020;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2020;
- A sociedade não tem sucursais.

## 9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

---

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante negativo de 110.853 euros, seja transferido para resultados transitados.

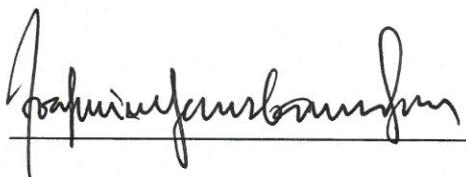
### O Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



José António Ferreira dos Santos



Joaquim de Jesus Carmo Gomes

Trancoso, 12 de abril de 2021

## 10. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 E RESPECTIVO ANEXO

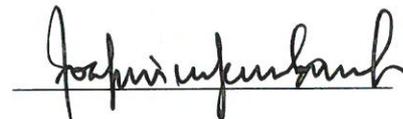
Águas da Teja, S.A.  
BALANÇO  
31 de Dezembro de 2020

Quantias em Euros

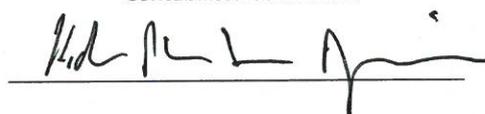
	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	36 437	49 309
Ativos Intangíveis	7	1 459 456	1 771 591
Outros Investimentos Financeiros		1 493	1 021
Ativos por Impostos Diferidos	12	24 622	-
		1 522 008	1 821 922
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	72 287	67 533
Clientes	13.1	85 493	135 325
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	45 484	37 385
Outros Créditos a Receber	13.2	265 680	229 526
Diferimentos	15.2	1 003	1 003
Caixa e Depósitos Bancários	4	634 253	463 306
		1 104 201	934 079
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 626 209</b>	<b>2 756 001</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	13.4	875 000	875 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	1 523 473	1 523 473
Reservas Legais	15.3	18 008	16 693
Resultados Transitados	15.3	(471 375)	(496 365)
Resultados Líquidos do Período	15.3	(110 853)	26 305
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>1 834 253</b>	<b>1 945 105</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	135 386	34 463
Financiamentos Obtidos	13.7	13 095	65 476
		148 481	99 939
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	117 107	146 183
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	15 810	18 869
Financiamentos Obtidos	13.7	53 568	55 774
Outras Dívidas a Pagar	13.3	456 988	490 131
		643 474	710 956
<b>Total do Passivo</b>		<b>791 956</b>	<b>810 896</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>2 626 209</b>	<b>2 756 001</b>

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



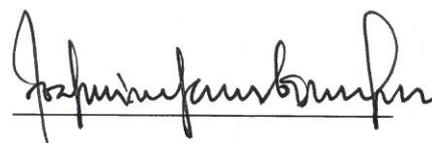
Águas da Teja, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	1 195 840	1 320 754
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	20 711	23 341
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(9 889)	(4 233)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(491 571)	(576 647)
Gastos com o Pessoal	14	(323 788)	(334 777)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(1 330)	(1 297)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(109 430)	-
Outros Rendimentos	15.5	41 845	24 585
Outros Gastos	15.6	(17 570)	(6 528)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>304 818</b>	<b>445 197</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(435 159)	(404 096)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>(130 340)</b>	<b>41 102</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	3 216	3 969
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(3 089)	(7 296)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>(130 213)</b>	<b>37 775</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	19 361	(11 470)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>(110 853)</b>	<b>26 305</b>

Conselho de Administração



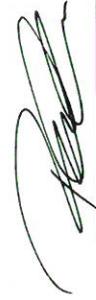


Contabilista Certificado



Águas da Teja, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
 Período findo em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>1</b>	<b>875 000</b>	<b>1 523 473</b>	<b>14 613</b>	<b>(535 874)</b>	<b>41 589</b>	<b>1 918 800</b>
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
Constituição da Reserva Legal	-	-	2 079	(2 079)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	41 589	(41 589)	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
<b>2</b>			2 079	39 509	(41 589)	-
<b>3</b>					26 305	26 305
<b>5=3+4</b>					26 305	26 305
<b>6=1+2+3</b>	875 000	1 523 473	16 692	(496 365)	26 305	1 945 105
<b>6</b>	875 000	1 523 473	16 692	(496 365)	26 305	1 945 105
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
Constituição da Reserva Legal	-	-	1 315	(1 315)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	26 305	(26 305)	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
<b>7</b>			1 315	24 990	(26 305)	-
<b>8</b>					(110 853)	(110 853)
<b>10=8+9</b>					(110 853)	(110 853)
<b>9=6+7+8</b>	875 000	1 523 473	18 007	(471 375)	(110 853)	1 834 253



Conselheiro de Administração



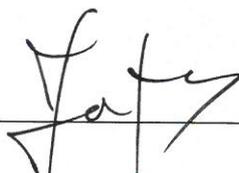
Contabilista Certificado



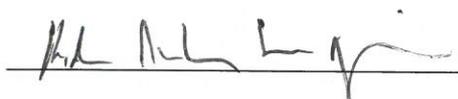
Águas da Teja, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

	Quantias em Euros	
	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de Clientes	1 400 478	1 619 891
Pagamentos a Fornecedores	(662 167)	(671 830)
Pagamentos ao Pessoal	(309 975)	(317 027)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>428 337</b>	<b>631 034</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(11 465)	(12 547)
Outros recebimentos / pagamentos	(71 646)	(207 133)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>345 226</b>	<b>411 354</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(1 573)	(34 928)
Ativos Intangíveis	(118 242)	(126 536)
	<b>(119 816)</b>	<b>(161 464)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	-	13
	-	<b>13</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(119 816)</b>	<b>(161 451)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(52 381)	(52 381)
Juros e gastos similares	(2 082)	(3 315)
	<b>(54 463)</b>	<b>(55 696)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(54 463)</b>	<b>(55 696)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>170 947</b>	<b>194 207</b>
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	463 306	269 099
Caixa e seus equivalentes no fim do período	634 253	463 306

Conselho de Administração


Contabilista Certificado



Águas da Teja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

## 1. Identificação da Entidade

A Águas da Teja, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 24 de abril de 1997, e tem como objeto social a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Trancoso, em regime de exclusividade.

A empresa tem a sua sede na Av. das Comunidades Europeias – Zona Industrial – Trancoso, Portugal.

A Águas da Teja é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

### Atividade Concessionada

Em 17 de julho de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal de Trancoso e a Águas da Teja, S.A., pelo prazo de 25 anos e mediante uma renda total de 1.384.164 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia da celebração do contrato e após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Teja, S.A..

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa

reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor fixo de 55.367 Euros em cada ano (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Por força do mesmo contrato, a sociedade Águas da Teja, S.A. ficou obrigada a transferir para a Câmara Municipal de Trancoso a importância de 1.496.394 euros para a concretização de determinados investimentos designados no caderno de encargos por ETARs e Redes de Esgotos.

Em 3 dezembro de 2008 foi estabelecida, entre a Águas da Teja, S.A. e a Câmara Municipal de Trancoso, uma Adenda ao Contrato de Concessão, por via da qual a renda devida pela utilização das instalações deixou de ser devida. Com efeitos desta adenda, a sociedade Águas da Teja, S.A. passou também a assumir a responsabilidade pela realização de alguns investimentos que estavam previstos serem realizados pela concedente, no valor de 823.100 Euros.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

## 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela

Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

#### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

- Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:
- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para

descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

### **(b) Ativos Intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
Direito de Concessão	33,02%	26,58%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	33,02%	26,58%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um Ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Direitos de Concessão Relacionados com a Atividade Concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentem valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

##### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

## (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21% sobre o Lucro Tributável (no Município de Trancoso a Derrama é de 0%). Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 9% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

#### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os Ativos Financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### **(e.2) Outros Créditos a Receber**

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinado com base nos critérios definidos na alínea e).

### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;

- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

#### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### **(g) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

#### **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

##### **(h.1) Capital Subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

##### **(h.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

##### **(h.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.



## **(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

### **(i.1) Provisões para Investimentos de Substituição**

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

## **(j) Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

### **(j.1) Fornecedores**

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### **(j.2) Outras Dívidas a Pagar**

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

- Pessoal;

e encontram-se valorizadas ao custo.

### **(l) Efeito das Alterações das Taxas de Câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

### **(m) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

#### **(m.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### **(m.2) Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

### **(n) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **(n.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

#### **(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

#### **(o) Juros e Gastos Similares Suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

#### **(p) Ativos e Passivos Contingentes**

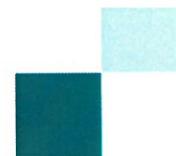
Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.



### **(q) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## **3.1 Juízos de valor**

### **(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

### **(b) Impostos Diferidos Ativos**

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

## **3.2 Principais Fontes de Incerteza das Estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### (b) Imparidade das Contas a Receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

#### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Caixa	50	50
Depósitos à Ordem	634 203	463 256
	<b>634 253</b>	<b>463 306</b>

#### 5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

#### 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Águas do Lena</i>	Distribuição de Água	Município da Batalha
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Teja, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Teja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Teja recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administrativos.
<i>Águas do Lena</i>	-	<i>Aquisição de equipamento</i>
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Refaturação de obras de construção civil.	Análises de Laboratório e Trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviços	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2020	-	142 257	-	37 827	-
	2019	-	134 868	-	31 248	-
Luságua Ambiente	2020	-	18 538	-	6 167	-
	2019	634	15 837	28 936	3 023	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	84 596	80 512
Total de remunerações	<b>84 596</b>	<b>80 512</b>

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>				
<b>1 de Janeiro de 2019</b>	4 646 125	90 072	566 345	5 302 542
Aquisições	(33)	-	168 924	168 891
Transferências	161 670	-	(161 670)	-
Abates	(784)	-	-	(784)
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	4 806 978	90 072	573 598	5 470 649
Aquisições	-	-	99 150	99 150
Transferências	94 515	-	(94 515)	-
Abates	(1 027)	-	-	(1 027)
<b>31 de Dezembro de 2020</b>	<b>4 900 466</b>	<b>90 072</b>	<b>578 234</b>	<b>5 568 772</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>				
<b>1 de janeiro de 2019</b>	3 243 630	76 875	-	3 320 505
Amortizações	375 642	3 508	-	379 150
Abates	(597)	-	-	(597)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	3 618 675	80 383	-	3 699 059
Amortizações	407 867	3 199	-	411 066
Abates	(808)	-	-	(808)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>4 025 734</b>	<b>83 582</b>	<b>-</b>	<b>4 109 317</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>				
A 31 de Dezembro de 2020	<b>874 732</b>	<b>6 490</b>	<b>578 234</b>	<b>1 459 456</b>
A 31 de Dezembro de 2019	<b>1 188 303</b>	<b>9 689</b>	<b>573 598</b>	<b>1 771 590</b>
A 1 de Janeiro de 2019	<b>1 402 495</b>	<b>13 197</b>	<b>566 345</b>	<b>1 982 037</b>

Incluído na rubrica “Ativo Intangível – Direitos de Concessão”, encontra-se reconhecido o Direito de Concessão detido pela Empresa e que tem como contrapartida a rubrica de “Outros Credores – Câmara Municipal de Trancoso”.

O saldo da rubrica de intangíveis em curso compreende maioritariamente obras a serem efetuadas a pedido da Concedente (Câmara Municipal de Trancoso), as quais estão consideradas no processo de renegociação em curso visando o 2º aditamento ao contrato de concessão para uma extensão adicional de 5 anos. Estes investimentos realizados pela Empresa são reconhecidos pela Concedente e serão incluídos no 2º aditamento, os quais constam do memorando submetido à ERSAR. É entendimento do Concedente e da Empresa que, concluídas as conversações em curso entre as partes, estarão reunidas as condições para a celebração do 2º aditamento ao contrato de concessão. Ver complementarmente a Nota 13.2.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>						
<b>1 de janeiro de 2019</b>	77 245	62 173	52 215	77 370	89 502	358 506
Aumentos	-	4 536	-	1 192	-	5 728
<b>31 de dezembro de 2019</b>	77 245	66 709	52 215	78 562	89 502	364 234
Aumentos	-	8 621	-	276	2 323	11 220
Alienações	-	-	(11 241)	-	-	(11 241)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>77 245</b>	<b>75 330</b>	<b>40 974</b>	<b>78 838</b>	<b>91 825</b>	<b>364 213</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>						
<b>1 de janeiro de 2019</b>	57 805	51 369	48 734	51 845	80 226	289 979
Amortizações	8 134	4 464	1 348	8 602	2 398	24 946
<b>31 de dezembro de 2019</b>	65 939	55 833	50 082	60 447	82 624	314 925
Amortizações	7 538	5 820	1 348	7 139	2 248	24 092
Alienações	-	-	(11 241)	-	-	(11 241)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>73 477</b>	<b>61 653</b>	<b>40 188</b>	<b>67 586</b>	<b>84 872</b>	<b>327 776</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>						
A 31 de Dezembro de 2020	<b>3 768</b>	<b>13 677</b>	<b>786</b>	<b>11 252</b>	<b>6 953</b>	<b>36 437</b>
A 31 de Dezembro de 2019	<b>11 306</b>	<b>10 876</b>	<b>2 133</b>	<b>18 115</b>	<b>6 878</b>	<b>49 309</b>
A 1 de Janeiro de 2019	<b>19 440</b>	<b>10 804</b>	<b>3 481</b>	<b>25 525</b>	<b>9 276</b>	<b>68 526</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2020	2019
Contratos de aluguer Servidor Cisco	1 187	3 393
Contratos de aluguer de viaturas	34 626	1 421
	<b>35 814</b>	<b>4 813</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2020	2019
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	20 979	10 479
Mais de um ano	14 835	16 700
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>35 814</b>	<b>27 180</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2020	2019
Matérias primas, Subs. e de Consumo	72 287	67 533
	<b>72 287</b>	<b>67 533</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2019	63 746	63 746
Compras	8 021	8 021
Existências em 31 de Dezembro de 2019	(67 533)	(67 533)
	<b>4 233</b>	<b>4 233</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2020	67 533	67 533
Compras	9 889	9 889
Existências em 31 de Dezembro de 2020	(67 533)	(67 533)
	<b>9 889</b>	<b>9 889</b>

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2020	2019
Vendas		
Mercadorias	694	418
Água	480 229	557 168
Quota Serviços Água	452 463	443 335
	<b>933 386</b>	<b>1 000 921</b>
Prestações de Serviços		

Conservação Contadores/Ramais Água	18 210	16 659
Abertura Ramais Água	8 479	6 483
Obras	43 720	99 523
Venda de Saneamento	160 710	159 992
Outros	31 335	37 177
	<b>262 453</b>	<b>319 833</b>
	<b>1 195 840</b>	<b>1 320 754</b>

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água e Ramais de Saneamento, Instalação de Contadores, Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Saneamento e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimentos de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2019	42 952	-	42 952
Custo financeiro	(8 490)		(8 490)
A 31 de Dezembro de 2019	<b>34 463</b>	-	<b>34 463</b>
A 1 de Janeiro de 2020	34 463	-	34 463
Aumentos do ano	-	109 430	109 430
Custo financeiro	(8 506)	-	(8 506)
A 31 de Dezembro de 2020	<b>25 956</b>	<b>109 430</b>	<b>135 386</b>

## 12. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2020
Imposto Corrente	
IRC do ano	5 261
	5 261
Imposto Diferido	
Outros movimentos	(24 622)
	<b>(19 361)</b>

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes de impostos	(130 213)	37 775		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(27 345)	7 933	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	8 506	8 490		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	-	2 684		
	8 506	11 174	(4,13%)	(11,71%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	2	7		
Provisões para além limites legais	3 199	3 508		
Créditos incobráveis não aceites como gastos	-	262		
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria	-	14		
	3 201	3 791	(4,98%)	(7,61%)
Lucro tributável	(135 519)	30 392		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	-	6 382	0,00%	16,90%
Tributação autónoma	5 261	5 088	(4,04%)	13,47%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	-24 622	0	0,00%	0,00%
	-19 361	5 088	(4,04%)	13,47%
Imposto sobre o rendimento	<b>(19 361)</b>	<b>11 470</b>	<b>(4,04%)</b>	<b>30,36%</b>

Os impostos diferidos são indicados no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2020	2019	2020	2019
Impostos Diferidos Ativos				
Indemnizações	24 622	-	24 622	-
	<b>24 622</b>	<b>-</b>	<b>24 622</b>	<b>-</b>

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2020	2019
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	106 808	155 311
Imparidade	(21 316)	(19 986)
	85 493	135 325
Outros créditos a receber	265 680	229 526
	<b>351 173</b>	<b>364 851</b>

Instrumentos Financeiros Passivos	2020	2019
Não corrente		
Financiamentos obtidos	13 095	65 476
	<b>13 095</b>	<b>65 476</b>
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	84 083	115 866
Outras partes relacionadas	33 024	30 317
	<b>117 107</b>	<b>146 183</b>
Financiamentos obtidos	53 568	55 774
Outras dívidas a pagar	456 988	490 131
	<b>627 664</b>	<b>692 087</b>

Instrumentos de Capital	2020	2019
Capital Subscrito	875 000	875 000
Outros instrumentos de capital	1 523 473	1 523 473
	<b>2 398 473</b>	<b>2 398 473</b>

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida					
			< 30 Dias	< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2020	106 808	89 619	-	597	-	111	3 215	13 266
Ano 2019	155 311	123 325	-	24 553	-	-	419	7 014

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2020					
Clientes	19 986	-	1 330	-	21 316
	<b>19 986</b>	<b>-</b>	<b>1 330</b>	<b>-</b>	<b>21 316</b>
Exercício de 2019					
Clientes	18 689	-	1 297	-	19 986
	<b>19 237</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18 689</b>

### 13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outros créditos a receber - correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	52 448	65 466
Saneamento	12 091	14 314
Outros	200 141	148 748
Caução de Clientes	1 000	1 000
	<b>265 680</b>	<b>229 526</b>

O saldo da rubrica 'Outros' contém 137 m€ referente a obras em curso ainda não faturadas ao Município de Trancoso. As mesmas, são referentes a obras efetuadas a pedido da concedente e que vão ser consideradas no processo de renegociação do contrato de concessão (ver nota 7.).

### 13.3 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outras dívidas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	-	41 554
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	38 108	40 757
Juros a Liquidar	226	399
Fornecimentos e serviços por facturar	11 100	3 147
Diversos	19 917	18 226
Outros credores		
Diversos	387 638	383 185
Pessoal		
Adiantamentos ao pessoal	-	2 861
	<b>456 988</b>	<b>490 129</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Diversos' inclui Taxas Municipais de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a entregar ao Município de Trancoso, conforme respetivo contrato de Concessão.

### 13.4 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Capital social nominal emitido	875 000	875 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	875 000	875 000
	<b>875 000</b>	<b>875 000</b>

O capital social emitido é composto por 175.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2020	2019
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	1 523 473	1 523 473
	<b>1 523 473</b>	<b>1 523 473</b>

As prestações suplementares foram deliberadas com os seguintes termos: As prestações acessórias serão gratuitas.

A restituição das prestações acessórias apenas poderá ser efetuada após deliberação da Assembleia Geral da Sociedade e desde que, após a restituição, a situação líquida da Sociedade não fique inferior à soma do capital e da reserva legal.

As prestações suplementares consideraram-se realizadas na presente data.

### 13.6 Compromissos Financeiros não Incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2020:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
97/189/44740	BPI	415.249		Câmara Municipal de Trancoso	Gestão da concessão
98/189/50467	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões Galp frota

Decorrente do contrato de concessão com a Câmara Municipal de Trancoso, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, os quais se mantiveram inalterados no corrente exercício, ascendendo os mesmos a cerca de 159.299 Euros.

### 13.7 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2020	2019
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	13 095	65 476
	<b>13 095</b>	<b>65 476</b>
Correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	52 381	52 381
Locações Financeiras	1 187	3 393
	<b>53 567</b>	<b>55 774</b>

### 13.8 Riscos Relativos a Instrumentos Financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
  - Risco de crédito
  - Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

### 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2020	2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	44 761	65 483
Remunerações do Pessoal	204 225	195 000
Encargos sobre Remunerações	54 495	58 898
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	6 013	2 417
Gastos de ação social	8 870	8 798
Outros gastos com o Pessoal	5 424	4 181
	<b>323 787</b>	<b>334 777</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2020 foi de 15 (2019: 15 pessoas).

### 15. Outras Informações

#### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	-	4
IVA	45 484	37 380
	<b>45 484</b>	<b>37 385</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	2 602	11 470

Retenções Imposto sobre Rendimento	3 008	2 655
Contribuição para a Segurança Social	2 624	4 239
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações	7 576	504
	<b>15 810</b>	<b>18 869</b>

## 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 003	1 003
	<b>1 003</b>	<b>1 003</b>

## 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2019	14 613	(535 874)	41 589	(479 672)
Constituição da Reserva legal	2 079	(2 079)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	41 589	(41 589)	-
Resultado do ano	-	-	26 305	26 305
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>16 692</b>	<b>(496 365)</b>	<b>26 305</b>	<b>(453 368)</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	16 692	(496 365)	26 305	(453 368)
Constituição da Reserva legal	1 315	(1 315)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	26 305	(26 305)	-
Resultado do ano	-	-	(110 853)	(110 853)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18 007</b>	<b>(471 375)</b>	<b>(110 853)</b>	<b>(564 221)</b>

## 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Subcontratos	75 733	114 975
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	150 996	157 095
Publicidade e propaganda	323	653
Vigilância e segurança	1 705	1 126
Honorários	9 973	6 837
Comissões	216	347
Conservação e reparação	37 198	47 290
Materiais		
Ferramentas e utensílios	3 902	1 970

Livros e documentação técnica		
Material de escritório	1 717	282
Artigos para oferta	98	179
Energia e Fluidos		
Electricidade	64 453	84 769
Combustíveis	19 916	24 588
Água		
Outros Fluidos	30 369	28 962
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	792	2 234
Transportes de Pessoal		236
Transportes de Mercadorias	17	-
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	51 465	54 030
Comunicação	17 622	19 873
Seguros	15 525	16 087
Contencioso e notariado	333	105
Despesas de representação	1 610	7 029
Limpeza, higiene e conforto	758	788
Outros	6 850	7 190
	<b>491 571</b>	<b>576 647</b>

### 15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Rendimentos Suplementares		
Outros	13 379	8 713
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em Inventários	17 093	4 639
Outros		
Excesso da estimativa para Impostos	2 659	2 684
Outros não especificados	8 715	8 549
	<b>41 845</b>	<b>24 585</b>

### 15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Impostos	6 494	6 074
Dívidas incobráveis		262
Perdas em Inventários	9 230	-
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	219	187
Outros		
Outros Não Especificados	1 627	5
	<b>17 570</b>	<b>6 528</b>

### 15.7 Gastos de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	24 092	24 946
Ativos Intangíveis	411 066	379 150
	<b>435 159</b>	<b>404 096</b>

### 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	-	18
Atraso de pagamento de clientes	3 216	3 945
Outros Rendimentos Similares	-	7
	<b>3 216</b>	<b>3 969</b>

### 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

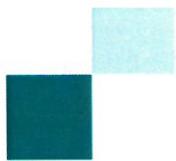
A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	1 835	3 019
Mora	2	2
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	1 229	2 637
Comissões Garantias	-	1 616
Não especificados	23	21
	<b>3 089</b>	<b>7 296</b>

### 15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	20 711	23 341
	<b>20 711</b>	<b>23 341</b>



## 16. Aspetos Ambientais

Em 2020 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2020 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos Após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 12 de abril de 2021.

O surto pandémico do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), veio alterar a vida a milhões de pessoas, e impactar o mercado global. Embora a Sociedade tenha sentido os efeitos desta pandemia, estes não tiveram impactos materiais.

No dia 15 de janeiro de 2021, o Governo Português declarou um novo estado de emergência, obrigando a um novo confinamento devido à continuação da disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19). A Administração considera que esta situação não produzirá efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o exercício económico de 2021.

## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2020, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor fixo de 55.367 Euros em cada ano (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Por força do mesmo contrato, a sociedade Águas da Teja, S.A. ficou obrigada a transferir para a Câmara Municipal de Trancoso a importância de 1.496.394 euros para a concretização de determinados investimentos designados no caderno de encargos por ETARs e Redes de Esgotos.

Em 3 dezembro de 2008 foi estabelecida, entre a Águas da Teja, S.A. e a Câmara Municipal de Trancoso, uma Adenda ao Contrato de Concessão, por via da qual a renda devida pela utilização das instalações deixou de ser devida. Com efeitos desta adenda, a sociedade Águas da Teja, S.A. passou também a assumir a responsabilidade pela realização de alguns investimentos que estavam previstos serem realizados pela concedente, no valor de 823.100 Euros.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

## 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela

Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

#### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

- Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:
- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para

descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

### **(b) Ativos Intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
Direito de Concessão	33,02%	26,58%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	33,02%	26,58%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um Ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Direitos de Concessão Relacionados com a Atividade Concessionada**

Para os bens (que se materializam em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentem valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

##### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

## **(c.2) Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21% sobre o Lucro Tributável (no Município de Trancoso a Derrama é de 0%). Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 9% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

#### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os Ativos Financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.2) Outros Créditos a Receber**

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinado com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;

- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

#### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### **(g) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

#### **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

##### **(h.1) Capital Subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

##### **(h.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

##### **(h.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.



## **(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

### **(i.1) Provisões para Investimentos de Substituição**

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

## **(j) Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

### **(j.1) Fornecedores**

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### **(j.2) Outras Dívidas a Pagar**

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

- Pessoal;

e encontram-se valorizadas ao custo.

### **(I) Efeito das Alterações das Taxas de Câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

### **(m) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

#### **(m.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### **(m.2) Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

### **(n) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **(n.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

#### **(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

#### **(o) Juros e Gastos Similares Suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

#### **(p) Ativos e Passivos Contingentes**

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.



### **(q) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## **3.1 Juízos de valor**

### **(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

### **(b) Impostos Diferidos Ativos**

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

## **3.2 Principais Fontes de Incerteza das Estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### (b) Imparidade das Contas a Receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

#### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Caixa	50	50
Depósitos à Ordem	634 203	463 256
	<b>634 253</b>	<b>463 306</b>

#### 5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

#### 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Águas do Lena</i>	Distribuição de Água	Município da Batalha
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Teja, S.A. cogresponente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Teja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Teja recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administrativos.
<i>Águas do Lena</i>	-	<i>Aquisição de equipamento</i>
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Refaturação de obras de construção civil.	Análises de Laboratório e Trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviços	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2020	-	142 257	-	37 827	-
	2019	-	134 868	-	31 248	-
Luságua Ambiente	2020	-	18 538	-	6 167	-
	2019	634	15 837	28 936	3 023	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	84 596	80 512
Total de remunerações	<b>84 596</b>	<b>80 512</b>

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>				
<b>1 de Janeiro de 2019</b>	4 646 125	90 072	566 345	5 302 542
Aquisições	(33)	-	168 924	168 891
Transferências	161 670	-	(161 670)	-
Abates	(784)	-	-	(784)
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	4 806 978	90 072	573 598	5 470 649
Aquisições	-	-	99 150	99 150
Transferências	94 515	-	(94 515)	-
Abates	(1 027)	-	-	(1 027)
<b>31 de Dezembro de 2020</b>	<b>4 900 466</b>	<b>90 072</b>	<b>578 234</b>	<b>5 568 772</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>				
<b>1 de janeiro de 2019</b>	3 243 630	76 875	-	3 320 505
Amortizações	375 642	3 508	-	379 150
Abates	(597)	-	-	(597)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	3 618 675	80 383	-	3 699 059
Amortizações	407 867	3 199	-	411 066
Abates	(808)	-	-	(808)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>4 025 734</b>	<b>83 582</b>	<b>-</b>	<b>4 109 317</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>				
A 31 de Dezembro de 2020	<b>874 732</b>	<b>6 490</b>	<b>578 234</b>	<b>1 459 456</b>
A 31 de Dezembro de 2019	<b>1 188 303</b>	<b>9 689</b>	<b>573 598</b>	<b>1 771 590</b>
A 1 de Janeiro de 2019	<b>1 402 495</b>	<b>13 197</b>	<b>566 345</b>	<b>1 982 037</b>

Incluído na rubrica “Ativo Intangível – Direitos de Concessão”, encontra-se reconhecido o Direito de Concessão detido pela Empresa e que tem como contrapartida a rubrica de “Outros Credores – Câmara Municipal de Trancoso”.

O saldo da rubrica de intangíveis em curso compreende maioritariamente obras a serem efetuadas a pedido da Concedente (Câmara Municipal de Trancoso), as quais estão consideradas no processo de renegociação em curso visando o 2º aditamento ao contrato de concessão para uma extensão adicional de 5 anos. Estes investimentos realizados pela Empresa são reconhecidos pela Concedente e serão incluídos no 2º aditamento, os quais constam do memorando submetido à ERSAR. É entendimento do Concedente e da Empresa que, concluídas as conversações em curso entre as partes, estarão reunidas as condições para a celebração do 2º aditamento ao contrato de concessão. Ver complementarmente a Nota 13.2.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>						
<b>1 de janeiro de 2019</b>	77 245	62 173	52 215	77 370	89 502	358 506
Aumentos	-	4 536	-	1 192	-	5 728
<b>31 de dezembro de 2019</b>	77 245	66 709	52 215	78 562	89 502	364 234
Aumentos	-	8 621	-	276	2 323	11 220
Alienações	-	-	(11 241)	-	-	(11 241)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>77 245</b>	<b>75 330</b>	<b>40 974</b>	<b>78 838</b>	<b>91 825</b>	<b>364 213</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>						
<b>1 de janeiro de 2019</b>	57 805	51 369	48 734	51 845	80 226	289 979
Amortizações	8 134	4 464	1 348	8 602	2 398	24 946
<b>31 de dezembro de 2019</b>	65 939	55 833	50 082	60 447	82 624	314 925
Amortizações	7 538	5 820	1 348	7 139	2 248	24 092
Alienações	-	-	(11 241)	-	-	(11 241)
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>73 477</b>	<b>61 653</b>	<b>40 188</b>	<b>67 586</b>	<b>84 872</b>	<b>327 776</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>						
A 31 de Dezembro de 2020	<b>3 768</b>	<b>13 677</b>	<b>786</b>	<b>11 252</b>	<b>6 953</b>	<b>36 437</b>
A 31 de Dezembro de 2019	<b>11 306</b>	<b>10 876</b>	<b>2 133</b>	<b>18 115</b>	<b>6 878</b>	<b>49 309</b>
A 1 de Janeiro de 2019	<b>19 440</b>	<b>10 804</b>	<b>3 481</b>	<b>25 525</b>	<b>9 276</b>	<b>68 526</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2020	2019
Contratos de aluguer Servidor Cisco	1 187	3 393
Contratos de aluguer de viaturas	34 626	1 421
	<b>35 814</b>	<b>4 813</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2020	2019
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	20 979	10 479
Mais de um ano	14 835	16 700
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>35 814</b>	<b>27 180</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2020	2019
Matérias primas, Subs. e de Consumo	72 287	67 533
	<b>72 287</b>	<b>67 533</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2019	63 746	63 746
Compras	8 021	8 021
Existências em 31 de Dezembro de 2019	(67 533)	(67 533)
	<b>4 233</b>	<b>4 233</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2020	67 533	67 533
Compras	9 889	9 889
Existências em 31 de Dezembro de 2020	(67 533)	(67 533)
	<b>9 889</b>	<b>9 889</b>

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2020	2019
Vendas		
Mercadorias	694	418
Água	480 229	557 168
Quota Serviços Água	452 463	443 335
	<b>933 386</b>	<b>1 000 921</b>
Prestações de Serviços		

Conservação Contadores/Ramais Água	18 210	16 659
Abertura Ramais Água	8 479	6 483
Obras	43 720	99 523
Venda de Saneamento	160 710	159 992
Outros	31 335	37 177
	<b>262 453</b>	<b>319 833</b>
	<b>1 195 840</b>	<b>1 320 754</b>

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água e Ramais de Saneamento, Instalação de Contadores, Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Saneamento e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimentos de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2019	42 952	-	42 952
Custo financeiro	(8 490)		(8 490)
A 31 de Dezembro de 2019	<b>34 463</b>	-	<b>34 463</b>
A 1 de Janeiro de 2020	34 463	-	34 463
Aumentos do ano	-	109 430	109 430
Custo financeiro	(8 506)	-	(8 506)
A 31 de Dezembro de 2020	<b>25 956</b>	<b>109 430</b>	<b>135 386</b>

## 12. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2020
Imposto Corrente	
IRC do ano	5 261
	5 261
Imposto Diferido	
Outros movimentos	(24 622)
	<b>(19 361)</b>

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes de impostos	(130 213)	37 775		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	(27 345)	7 933	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	8 506	8 490		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	-	2 684		
	8 506	11 174	(4,13%)	(11,71%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	2	7		
Provisões para além limites legais	3 199	3 508		
Créditos incobráveis não aceites como gastos	-	262		
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria	-	14		
	3 201	3 791	(4,98%)	(7,61%)
Lucro tributável	(135 519)	30 392		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	-	6 382	0,00%	16,90%
Tributação autónoma	5 261	5 088	(4,04%)	13,47%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	-24 622	0	0,00%	0,00%
	-19 361	5 088	(4,04%)	13,47%
Imposto sobre o rendimento	<b>(19 361)</b>	<b>11 470</b>	<b>(4,04%)</b>	<b>30,36%</b>

Os impostos diferidos são indicados no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2020	2019	2020	2019
Impostos Diferidos Ativos				
Indemnizações	24 622	-	24 622	-
	<b>24 622</b>	<b>-</b>	<b>24 622</b>	<b>-</b>

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2020	2019
Corrente		
Cientes		
Valor Bruto	106 808	155 311
Imparidade	(21 316)	(19 986)
	85 493	135 325
Outros créditos a receber	265 680	229 526
	<b>351 173</b>	<b>364 851</b>

Instrumentos Financeiros Passivos	2020	2019
Não corrente		
Financiamentos obtidos	13 095	65 476
	<b>13 095</b>	<b>65 476</b>
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	84 083	115 866
Outras partes relacionadas	33 024	30 317
	<b>117 107</b>	<b>146 183</b>
Financiamentos obtidos	53 568	55 774
Outras dívidas a pagar	456 988	490 131
	<b>627 664</b>	<b>692 087</b>

Instrumentos de Capital	2020	2019
Capital Subscrito	875 000	875 000
Outros instrumentos de capital	1 523 473	1 523 473
	<b>2 398 473</b>	<b>2 398 473</b>

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida					
			< 30 Dias	< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2020	106 808	89 619	-	597	-	111	3 215	13 266
Ano 2019	155 311	123 325	-	24 553	-	-	419	7 014

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2020					
Clientes	19 986	-	1 330	-	21 316
	<b>19 986</b>	-	<b>1 330</b>	-	<b>21 316</b>
Exercício de 2019					
Clientes	18 689	-	1 297	-	19 986
	<b>19 237</b>	-	-	-	<b>18 689</b>

### 13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outros créditos a receber - correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	52 448	65 466
Saneamento	12 091	14 314
Outros	200 141	148 748
Caução de Clientes	1 000	1 000
	<b>265 680</b>	<b>229 526</b>

O saldo da rubrica 'Outros' contém 137 m€ referente a obras em curso ainda não faturadas ao Município de Trancoso. As mesmas, são referentes a obras efetuadas a pedido da concedente e que vão ser consideradas no processo de renegociação do contrato de concessão (ver nota 7.).

### 13.3 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outras dívidas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	-	41 554
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	38 108	40 757
Juros a Liquidar	226	399
Fornecimentos e serviços por facturar	11 100	3 147
Diversos	19 917	18 226
Outros credores		
Diversos	387 638	383 185
Pessoal		
Adiantamentos ao pessoal	-	2 861
	<b>456 988</b>	<b>490 129</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Diversos' inclui Taxas Municipais de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a entregar ao Município de Trancoso, conforme respetivo contrato de Concessão.

### 13.4 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Capital social nominal emitido	875 000	875 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	875 000	875 000
	<b>875 000</b>	<b>875 000</b>

O capital social emitido é composto por 175.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2020	2019
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	1 523 473	1 523 473
	<b>1 523 473</b>	<b>1 523 473</b>

As prestações suplementares foram deliberadas com os seguintes termos: As prestações acessórias serão gratuitas.

A restituição das prestações acessórias apenas poderá ser efetuada após deliberação da Assembleia Geral da Sociedade e desde que, após a restituição, a situação líquida da Sociedade não fique inferior à soma do capital e da reserva legal.

As prestações suplementares consideraram-se realizadas na presente data.

### 13.6 Compromissos Financeiros não Incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2020:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
97/189/44740	BPI	415.249		Câmara Municipal de Trancoso	Gestão da concessão
98/189/50467	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões Galp frota

Decorrente do contrato de concessão com a Câmara Municipal de Trancoso, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, os quais se mantiveram inalterados no corrente exercício, ascendendo os mesmos a cerca de 159.299 Euros.

### 13.7 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2020	2019
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	13 095	65 476
	<b>13 095</b>	<b>65 476</b>
Correntes		
Empréstimos bancários		
Santander	52 381	52 381
Locações Financeiras	1 187	3 393
	<b>53 567</b>	<b>55 774</b>

### 13.8 Riscos Relativos a Instrumentos Financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
  - Risco de crédito
  - Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

## 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2020	2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	44 761	65 483
Remunerações do Pessoal	204 225	195 000
Encargos sobre Remunerações	54 495	58 898
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	6 013	2 417
Gastos de ação social	8 870	8 798
Outros gastos com o Pessoal	5 424	4 181
	<b>323 787</b>	<b>334 777</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2020 foi de 15 (2019: 15 pessoas).

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	-	4
IVA	45 484	37 380
	<b>45 484</b>	<b>37 385</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	2 602	11 470

Retenções Imposto sobre Rendimento	3 008	2 655
Contribuição para a Segurança Social	2 624	4 239
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações	7 576	504
	<b>15 810</b>	<b>18 869</b>

## 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 003	1 003
	<b>1 003</b>	<b>1 003</b>

## 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2019	14 613	(535 874)	41 589	(479 672)
Constituição da Reserva legal	2 079	(2 079)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	41 589	(41 589)	-
Resultado do ano	-	-	26 305	26 305
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>16 692</b>	<b>(496 365)</b>	<b>26 305</b>	<b>(453 368)</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	16 692	(496 365)	26 305	(453 368)
Constituição da Reserva legal	1 315	(1 315)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	26 305	(26 305)	-
Resultado do ano	-	-	(110 853)	(110 853)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18 007</b>	<b>(471 375)</b>	<b>(110 853)</b>	<b>(564 221)</b>

## 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Subcontratos	75 733	114 975
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	150 996	157 095
Publicidade e propaganda	323	653
Vigilância e segurança	1 705	1 126
Honorários	9 973	6 837
Comissões	216	347
Conservação e reparação	37 198	47 290
Materiais		
Ferramentas e utensílios	3 902	1 970

Livros e documentação técnica		
Material de escritório	1 717	282
Artigos para oferta	98	179
Energia e Fluidos		
Electricidade	64 453	84 769
Combustíveis	19 916	24 588
Água		
Outros Fluidos	30 369	28 962
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	792	2 234
Transportes de Pessoal		236
Transportes de Mercadorias	17	-
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	51 465	54 030
Comunicação	17 622	19 873
Seguros	15 525	16 087
Contencioso e notariado	333	105
Despesas de representação	1 610	7 029
Limpeza, higiene e conforto	758	788
Outros	6 850	7 190
	<b>491 571</b>	<b>576 647</b>

### 15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Rendimentos Suplementares		
Outros	13 379	8 713
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em Inventários	17 093	4 639
Outros		
Excesso da estimativa para Impostos	2 659	2 684
Outros não especificados	8 715	8 549
	<b>41 845</b>	<b>24 585</b>

### 15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Impostos	6 494	6 074
Dívidas incobráveis		262
Perdas em Inventários	9 230	-
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	219	187
Outros		
Outros Não Especificados	1 627	5
	<b>17 570</b>	<b>6 528</b>

### 15.7 Gastos de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	24 092	24 946
Ativos Intangíveis	411 066	379 150
	<b>435 159</b>	<b>404 096</b>

### 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	-	18
Atraso de pagamento de clientes	3 216	3 945
Outros Rendimentos Similares	-	7
	<b>3 216</b>	<b>3 969</b>

### 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	1 835	3 019
Mora	2	2
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	1 229	2 637
Comissões Garantias	-	1 616
Não especificados	23	21
	<b>3 089</b>	<b>7 296</b>

### 15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	20 711	23 341
	<b>20 711</b>	<b>23 341</b>

## 16. Aspetos Ambientais

Em 2020 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2020 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos Após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 12 de abril de 2021.

O surto pandémico do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), veio alterar a vida a milhões de pessoas, e impactar o mercado global. Embora a Sociedade tenha sentido os efeitos desta pandemia, estes não tiveram impactos materiais.

No dia 15 de janeiro de 2021, o Governo Português declarou um novo estado de emergência, obrigando a um novo confinamento devido à continuação da disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19). A Administração considera que esta situação não produzirá efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o exercício económico de 2021.

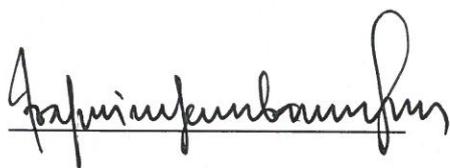
## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

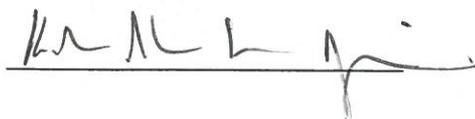
- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2020, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2021, nos prazos legais.

### Conselho de Administração



### Contabilista certificado





## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.626.209 euros e um total de capital próprio de 1.834.253 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 110.853 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.





Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 06 de julho de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC n.º 1334)  
Registado na CMVM com o n.º 20160944





**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:





**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2020 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2020 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2020, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 06 de julho de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944

